

5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

**"MAIS DEMOCRACIA, MAIS IGUALDADE,
MAIS CONQUISTAS PARA TODAS"**



Temas e Propostas Prioritárias para Discussão

Olá companheiras! Este é um documento para orientar nossas propostas e fortalecer nossa atuação durante a **5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**.

Participamos de todas as etapas e chegamos à Conferência Nacional como **militantes feministas, antirracistas e anticapitalistas**. É isso o que nos orienta aqui: *discutir e aprovar propostas que signifiquem realmente conquistar mais direitos, mais democracia e poder para as mulheres na conjuntura política em que vivemos*. E para isso é indispensável uma profunda transformação nos rumos da política.

Mais direitos demanda mais orçamento público.

Como vamos avançar na conquista de direitos se o Congresso pressiona por cortes nas políticas sociais, sob a justificativa falaciosa do corte de gastos, enquanto mantém a farra das emendas? Precisamos debater os rumos do orçamento; sem isso, não há como discutir mais direitos e mais democracia. Seguimos enfrentando a agenda neoliberal que insiste em beneficiar os mais ricos, enquanto retira nossos direitos, impede avanços e precariza nossas vidas. A resistência do Congresso em taxar os mais ricos enquanto penaliza as pessoas mais pobres com uma carga tributária injusta evidenciam isso.

A partir das propostas votadas e apresentadas nas **Conferências Estaduais e nas Conferências Livres** serão organizados os grupos de discussão, grupos de diálogo, no dia 30, terça-feira. Cada grupo poderá votar até 3 (três) prioridades sobre propostas elaboradas nas Conferências.

São vários temas e vários grupos. Políticas para as mulheres são, necessariamente, *transversais*, precisam ser *universais* e se orientar para o conjunto das mulheres, em toda a sua diversidade, especialmente aquelas que mais enfrentam as desigualdades, pobreza e discriminações.

Assim, as propostas de políticas se dirigem a todo o governo federal, todos os ministérios e órgãos públicos. E também ao sistema de justiça e ao parlamento.

A **Conferência é um momento de afirmar que não aceitamos retrocessos**. E mais que isso: é preciso **avançar em políticas que atendam mais e melhor nossas necessidades e anseios**, em cada município e estado, em todo o país.

A seguir, organizamos as propostas por temas. Uma orientação geral para a leitura do documento: é possível notar que alguns assuntos se repetem em mais de uma proposta, isso tem a ver com a transversalidade das políticas como mencionamos.

Boa conferência para todas!



1. Tema – Trabalho, Emprego e Autonomia Econômica das Mulheres

a) Foco: Redução da jornada de trabalho, fim da escala 6x1, valorização do salário mínimo

Encaminhar proposta de redução da jornada de trabalho sem redução salarial, fim da escala 6x1, promovendo mecanismos de maior igualdade no mundo do trabalho, possibilitando maior tempo livre aos trabalhadores e trabalhadoras, e reduzindo a sobrecarga de trabalho para as mulheres; retomada integral da política de valorização do Salário Mínimo.

b) Foco: Direitos do trabalho e previdência para todas as mulheres

Implementar uma política de trabalho e emprego voltada às mulheres, com atenção especial às mulheres das populações vulneráveis, em especial às mulheres negras, pois não há reparação sem acesso à renda e autonomia econômica, sem direitos trabalhistas e previdenciários.

c) Foco: Garantir Igualdade Salarial e transparência no mercado de trabalho

Fortalecer a fiscalização da Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023), garantindo a transparência na divulgação das remunerações com relatórios públicos. Exigir a obrigatoriedade de planos de ação para correção das desigualdades; e aplicar sanções rigorosas às empresas que descumprirem a lei e que praticam discriminação salarial.



2. Tema – Políticas do Cuidado e a Autonomia das Mulheres

a) Foco: Cuidado como eixo estruturante da Economia e das Políticas Sociais

Colocar o cuidado como eixo estruturante das políticas e da ação governamental em todos os âmbitos, entendendo o papel central do Estado e dos governos na responsabilidade coletiva pelos cuidados, que envolve também famílias e comunidades, mas não é tema privado, e só pode se concretizar se a vida estiver no centro da economia, do orçamento, da política e de organização da sociedade.

b) Foco: Garantir orçamento e integração dos ministérios para Implementar o Plano Nacional de Cuidados

Garantir o financiamento e a relação intersetorial e interministerial e com os demais órgãos públicos para a efetiva implantação da Política e do Plano Nacional de Cuidados, garantindo a orientação e monitoramento pelo Ministério das Mulheres; integrando ações e investimentos nas áreas de saúde, mobilidade, habitação, assistência social, educação e cultura, segurança e soberania alimentar, educação com foco especial na ampliação do acesso às creches (CEIs) e equipamentos de educação infantil, acompanhamento de pessoas idosas e pessoas com deficiência, para garantir a sustentabilidade da vida e a redução do trabalho das mulheres.

Ou seja: são centrais para essas políticas: a construção e/ou ampliação da quantidade de escolas e creches em tempo integral; instituições de atenção aos idosos(as); restaurantes e cozinhas comunitárias; hortas e lavanderias públicas; redes de água, saneamento, energia elétrica e internet amplamente acessíveis; ampliação da rede de centros-dia (CDIs) para idosas(os) com grau de dependência; políticas de atenção a pessoas com deficiência (PCD) e mães atípicas; e implementação de políticas de apoio às mulheres cuidadoras.



c) Foco: Cuidado infantil e para jovens

Garantir ampliação do acesso a creches e criação de equipamentos para cuidado infantil pós-horário escolar. Ampliar os repasses orçamentários para os municípios para garantir a ampliação dos serviços de creche (CEIS) com horário estendido, nas áreas urbanas e rurais, com estrutura e recursos humanos suficientes e ampliação de escola com período integral. Ampliação e garantia de acesso à creche e educação infantil, com acesso universal.

d) Foco: Garantir uma rede de políticas públicas para o cuidado

Financiar e garantir a ampliação dos equipamentos e serviços sociais de co-responsabilização do Estado pelos cuidados, pelo bem-estar das pessoas, pela atenção especial às crianças, jovens, idosos/as, pessoas com deficiência ou necessidades especiais, de forma a reduzir a sobrecarga de trabalho das mulheres e das famílias.



3.Tema – Mulheres e Economia Solidária e Autonomia Econômica

a) Foco: Economia solidária reforçando soberania alimentar e acesso à terra

Considerar a economia feminista e solidária como base de construção para garantir a soberania alimentar, energética e tecnológica nos territórios a partir da organização e participação popular. Reconhecer que para garantir autonomia, liberdade, modos de vida e dignidade, as mulheres precisam ter seus direitos garantidos, a partir de seus territórios, sendo urgente uma reforma agrária popular nacional, estendendo o acesso à titulação e demarcação de terras para povos e comunidades tradicionais e indígenas, e população negra.

b) Foco: Economia Solidária

Fortalecer os programas e processos da economia solidária e auto-organização das mulheres para sua autonomia econômica, possibilitando também uma formação feminista, antirracista e antidiscriminatória. Criar um Programa Nacional Integrado de Economia Solidária, com articulação interministerial e atuação transversal nas áreas de cultura, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, juventudes, mulheres, direitos humanos, promovendo a institucionalização da Economia Solidária como política pública nas três esferas de governo. Integrar políticas existentes, fomentar a inclusão da temática nos sistemas de ensino e na formação técnica e superior, fortalecer a organização dos empreendimentos solidários, e incentivar a participação da sociedade civil, promovendo a autonomia econômica, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

c) Foco: Fortalecer a produção das trabalhadoras rurais com incentivo aos quintais produtivos

Fortalecer o programa de Quintais Produtivos, ampliando ou garantindo a instalação de quintais através de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas; com garantia de ATER feminista e agroecológica e fomento produtivo para a produção e reprodução da vida, com programas e políticas públicas que promovam a diversidade de produção das mulheres, a produção agroecológica, sem uso de veneno. E ampliação do acesso contínuo e seguro à água com a instalação de cisternas com um programa específico para reforma e manutenção das cisternas de placas e calçadão já instaladas nas comunidades rurais, priorizando famílias de mulheres agricultoras.

d) Foco: Fortalecimento dos programas para mulheres do campo, da floresta e das águas/ rurais, quilombolas, ribeirinhas

Fortalecer as políticas para as mulheres do campo, da floresta e das águas, com ampliação do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNae (Política Nacional de Alimentação Escolar), Programa de Organização Produtiva



com os Quintais Produtivos, acesso a uma Assistência Técnica e Extensão Rural -ATER- feminista e ampliação do fomento rural. Facilitar o acesso das trabalhadoras e agricultoras rurais no acesso a CAF, Cadastro da Agricultura Familiar, reconhecendo a produção para autoconsumo e a realidade de cada mulher. Titulação de terras também como reparação para as mulheres negras, indígenas e quilombolas.



4. Tema – Educação para Igualdade e Cidadania

a) Foco: Garantir ampliação do acesso a creches e criação de equipamentos para cuidado infantil pós-horário escolar

Ampliar os repasses orçamentários para os municípios para garantir a ampliação dos serviços de creche (CEIs) com horário estendido, nas áreas urbanas e rurais, com estrutura e recursos humanos suficientes e ampliação de escola com período integral, para atender em especial as mulheres – mães solas - que estão no mercado de trabalho formal ou informal, incluindo contratação via concurso público de profissionais para esses serviços (creches/CEIs). Garantia da criação de equipamentos complementares às creches/CEIs/EMEIs, como brinquedotecas, para garantir atendimento às crianças no horário estendido pós-escolar.

b) Foco: Contra a militarização das escolas

Rever e limitar o modelo de escolas militarizadas, e atuar para que o modelo de educação, privilegie princípios de uma educação democrática, não sexista, antirracista, anti-LGBTfóbica, sem preconceito com indígenas, refugiadas, migrantes, pessoas com deficiência e neurodivergentes, comprometida com o pensamento crítico, laico, desmilitarizado, sem imposição de padrões estéticos, sem censura da liberdade de expressão, e atenta ao contexto em que está inserida, e comprometida com a participação da comunidade escolar, familiares e comunidade.

c) Foco: Educação para a igualdade, sem discriminação

Promover a transversalidade do tema entre as disciplinas existentes, desde a educação infantil ao ensino médio, permeando todo o processo educativo, projetos políticos pedagógicos e currículo para que os temas sobre cidadania e igualdade de gênero, seja abordado promovendo educação não sexista, ferramentas de prevenção à violência, formação em direitos e redução das desigualdades, incentivando práticas pedagógicas que valorizem a autonomia, pensamento crítico, a igualdade e não discriminação, elementos centrais para uma sociedade democrática. Fortalecer os conselhos, grêmios e outras formas de associação e ação coletiva nos espaços escolares para debater e divulgar esses conteúdos.



5. Tema – Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Realizamos várias Conferências Livres e atuamos nas Conferências Estaduais sobre esse tema de saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Vamos apontar aqui as nossas prioridades sobre direitos sexuais e reprodutivos, como discutido nas conferências.



a) Foco: Formação e educação permanente sobre direitos sexuais e reprodutivos

Implementar ações educativas permanentes sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos e Justiça Reprodutiva com políticas normativas que garantam às mulheres, meninas e pessoas que gestam a sua efetivação. As ações devem ser voltadas às gestoras/res de políticas públicas, profissionais de saúde, educação e assistência, estudantes e usuários do SUS, levando em conta ações de comunicação não sexistas, antirracistas e garantindo direitos das pessoas trans.

b) Foco: Retomar a discussão e iniciativas para a legalização do direito ao aborto

O governo federal deverá criar espaços de diálogo e participação social do movimento feminista com o Estado para elaborar proposta de descriminalização e legalização do aborto e sua efetiva implementação em toda a rede SUS.

c) Foco: Garantir o direito ao aborto legal

Implementar e ampliar os serviços de aborto legal em hospitais públicos e em hospitais universitários com serviços de ginecologia e obstetrícia. Garantir equipes multiprofissionais, funcionamento em período integral e continuidade do cuidado e do acompanhamento, para que seja assegurada a interrupção da gravidez nos casos previstos em lei. O aborto legal deve ser realizado pelo SUS de forma humanizada, sendo vedado aos serviços alegar objeção de consciência, impedindo que as mulheres tenham o atendimento garantido.

d) Foco: Ampliar o acesso aos métodos anticoncepcionais

Disponibilizar para toda a rede pública de saúde, para estados e municípios, a oferta de todos os métodos previstos na política de direitos sexuais reprodutivos, métodos de contracepção, de prevenção da gravidez não planejada, garantindo que toda a rede, direta e conveniada, UBS e demais serviços atendam e ofertem os meios necessários, com atenção especial às mulheres jovens e em situação de vulnerabilidade.



6. Tema – Violência Contra as Mulheres

a) Foco: Fortalecer política nacional e garantir financiamento

Garantir e implementar a Política Pública nacional e intersetorial de enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio da criação e financiamento de *centros especializados de atendimento às mulheres*, qualificados e com atenção humanizada, com equipes técnicas concursadas, que ofertem acolhimento, apoio psicológico, social e jurídico, em articulação com a rede de proteção e o sistema de justiça, conforme diretrizes técnicas dos Direitos Humanos, da legislação de proteção às mulheres e das políticas nacionais do Ministério das Mulheres.

b) Foco: Enfrentamento à violência sexual

Implementar políticas de enfrentamento e atendimento à violência sexual e atuar em conjunto com o sistema de justiça e de segurança de forma a garantir a efetiva proteção às mulheres e garantia de seus direitos, também ampliando de forma sistemática o direito ao acesso do aborto legal, um direito garantido e que tem sido negado às mulheres, pelo não cumprimento da lei, pela dificuldade de acesso aos serviços ou pela falta de informação.



c) Foco: Combate ao feminicídio e campanhas públicas

Garantir a implementação e efetividade da Lei Maria da Penha e a lei do feminicídio, com juizados e varas especiais, em seus aspectos punitivos e sobretudo nos aspectos preventivos; fortalecimento da prevenção com a criação de um sistema nacional de informação e monitoramento das notificações de violências que identifique, gênero, raça /etnia, orientação sexual, idade, deficiência, se são migrantes, urbanas, do campo, florestas e águas, aldeias e quilombos. Promover campanhas permanentes de enfrentamento às violências e à misoginia.



7. Tema – Violência Política e das Redes contra as Mulheres

a) Foco: Normas para prevenir violência política e articular acolhimento

Criar mecanismos de efetivação e publicização, com o estabelecimento de normas para prevenir, reprimir e combater a violência política de gênero nos diversos ambientes institucionais (partidos, sindicatos, associações e outros); e criar uma rede especializada para atendimento de pessoas vítimas de violência política e de gênero, incluindo espaços de acolhimento, escuta e proteção.

b) Foco: Contra criminalização dos movimentos sociais

Fortalecer programa federal de proteção às pessoas dos movimentos sociais ameaçadas, no campo e nas cidades, quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, garantindo julgamento efetivo contra a impunidade dos agressores e assassinos de ativistas sociais. Atuar para a valorização do movimento feminista atacado pela extrema direita nas redes. Rever as leis que dão margens a criminalização dos movimentos sociais (Lei anti terror nº 13.260/2016).

c) Foco: Reforma política para radicalização da democracia

Propor e apresentar proposta de reforma política ampla, indispensável para radicalizar a democracia no país, com voto em lista partidária, paritária e com alternância entre mulheres e homens; fim das emendas impositivas que sequestram o orçamento público; ampliação dos mecanismos de exigência e divulgação do uso das verbas do fundo partidário e eleitoral destinados às mulheres.



8. Tema – Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

a) Foco: Reforma política com voto em lista partidária com paridade

Reforma Política com voto em lista partidária com paridade e alternada entre mulheres e homens, com garantia de políticas de incentivo à representatividade étnico-racial; ampliação dos mecanismos de exigência e divulgação do uso das verbas do fundo partidário e eleitoral destinados às mulheres.



9. Tema – Desenvolvimento Sustentável com Igualdade Econômica e Social

a) Foco: Ação geral do governo para desenvolvimento sustentável

Articular o conjunto dos ministérios e órgãos federais para garantir que as políticas públicas do Governo Federal tenham como prioridade critérios ambientais, climáticos e sociais, de forma a garantir uma redução dos danos causados pelas mudanças climáticas, fortalecendo políticas de baixo carbono e rígida fiscalização dos bens comuns, com enfrentamento da injustiça climática e racismo ambiental, sem atrelamento ao comércio de emissões.



b) Foco: Apoio à produção agroecológica e redução do uso de agrotóxicos

Apoiar a produção agroecológica realizada pelas mulheres rurais, urbanas e periurbanas como medida de resiliência e adaptação às mudanças climáticas, e apoio à retomada e implementação do PRONARA - Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos; considerando os malefícios na saúde das mulheres.

c) Foco: Fortalecer programas e políticas para as mulheres da agricultura familiar

Fortalecer com investimento orçamentário o Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais, promovendo atividades produtivas, com assistência técnica e extensão rural (ATER), com orientação feminista e agroecológica, para implementação de projetos produtivos e aumentar a participação das mulheres em processos coletivos como associações e cooperativas, integrando as políticas de comercialização. Investir em mecanização adaptada para a produção de atividades produtivas da agricultura familiar com foco no trabalho das mulheres do campo, das águas e das florestas.

d) Foco: Participação e cidadania das mulheres

Promover a cidadania das mulheres do campo, das florestas e das águas, (programas como Fortalecer o Programa de Cidadania e Bem Viver), favorecendo o acesso à documentação civil e trabalhista, à habitação, à saúde, à educação e atuando para que possam dispor de tempo livre e a viver sem violência e sem racismo; também com equipamentos como creches em assentamentos e comunidades rurais e lavanderias coletivas.



10. Tema – Direito à Terra com Igualdade para Mulheres do Campo e da Floresta

a) Foco: Acesso à terra, reforma agrária

Assegurar às mulheres os direitos à terra e ao território, apoiando a produção e o consumo de alimentos saudáveis e atuando para que possam usufruir de um meio ambiente com qualidade.

b) Foco: Reparação étnico racial com o direito à terra

Promover a reforma agrária e urbana para garantir acesso à terra e à moradia digna para a população negra, com titularidade preferencial para mulheres.

c) Foco: Fortalecer os assentamentos da Reforma Agrária e políticas para as mulheres

Condições mais favoráveis para assentadas da Reforma Agrária como na pontuação na seleção para as famílias chefiadas por mulheres, Fomento Mulher para assentadas da reforma agrária e Programa Nacional de Crédito fundiário. Fortalecer o Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais e ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER Mulheres destinado às mulheres da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária, extrativistas, pescadoras artesanais, ribeirinhas e aquicultoras, as mulheres dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais.

d) Foco: Investimento em tecnologias contextualizadas

Produção de tecnologias contextualizadas para atender às necessidades das mulheres na diversidade de seus territórios; fortalecer a política de incentivo à mecanização agrícola, com recorte de gênero, além do investimento em máquinas de pequeno porte visando as agricultoras familiares e os seus quintais produtivos; investimento em capacitação técnica voltada exclusivamente às mulheres.



11. Tema – Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Transfobia e Lesbofobia

a) Foco: Enfrentamento ao racismo ambiental

Promover políticas ambientais que impeçam a remoção de comunidades tradicionais e originárias para extração de recursos, o uso de agrotóxicos e despejo de detritos e lixo nas áreas de habitação popular, impedindo os impactos do racismo ambiental. Reparar e indenizar populações, especialmente mulheres negras, afetadas por megaprojetos, processos industriais e de mineração, e por desastres naturais.

b) Foco: Ampliação do acesso e direito ao trabalho

Combate à precarização do trabalho, especialmente entre as mulheres negras, e a implementação de políticas de valorização profissional.

c) Foco: Políticas, bem-estar e enfrentamento da discriminação de gênero e sexualidade

Desenvolver políticas integradas para mulheres LBT+, criação de políticas públicas que reconheçam e combatam a violência de gênero contra mulheres LBT+ promovendo segurança, acolhimento e respeito à diversidade; com formação continuada em toda a rede de serviços e atenção, com assistência jurídica e psicossocial, atendimento inclusivo e humanizado em saúde, assistência e acolhimento.



12. Tema – Igualdade para Mulheres Jovens, Idosas e com Deficiência

a) Foco: Equipamentos de cuidado com idosos

Expandir e qualificar Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), Centros-Dia, Núcleos de Convivência e Centros de Convivência Intergeracional (CCInter); revisar protocolos e práticas das ILPIs e demais equipamentos públicos e complementares, assegurando acolhimento que respeite a individualidade e o direito de decisão das pessoas idosas sem perdas cognitivas ou doenças neurodegenerativas. Garantir que tais equipamentos funcionem não apenas como espaços de cuidado às pessoas idosas, mas também como locais de autocuidado para mulheres idosas cuidadoras (familiares ou profissionais, remuneradas ou não); valorizar esses espaços como ambientes de fortalecimento de vínculos e combate ao isolamento e à solidão.

b) Foco: Rede de acompanhamento domiciliar aos idosos e PCDs

Serviço domiciliar de acompanhamento de idosos.

c) Foco: Saúde das mulheres idosas

Garantir uma política nacional de saúde para as mulheres idosas, com atendimento especializado, multidisciplinar no SUS para mulheres na transição menopásica e pós menopausa; prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis, osteoporose, doenças autoimunes, declínios cognitivos e transtornos mentais; ampliação do acesso a exames e procedimentos como densitometria óssea; prevenção do câncer de colo uterino, sem restrição etária; mamografia e ultrassonografia mamária anuais; diagnóstico precoce de demências e outras doenças neurodegenerativas a partir dos 50 anos.

d) Foco: Emprego, trabalho e autonomia para mulheres jovens

Emprego e trabalho para mulheres jovens, garantindo serviços de apoio às mães jovens; assistência estudantil.



e) Foco: Mulheres PCDs e mães atípicas

Garantir políticas de atenção e acompanhamento permanente a pessoas com deficiência e apoio às mães atípicas, com forte atuação nas áreas de saúde, educação, transporte e acesso à renda.



13. Tema – Política institucional. Organismos para Mulheres

a) Foco: Orçamento para o Ministério das Mulheres

Garantir orçamento efetivo para o Ministério das Mulheres. Não é possível falar em prioridade do governo com as políticas para as mulheres quando o orçamento do Ministério das Mulheres não permite a proposta e continuidade de nenhuma das suas políticas e nem mesmo na articulação com os demais órgãos de governo, ministérios e demais poderes.

b) Foco: Incentivar e fortalecer Organismos de Políticas para Mulheres e a rede de Políticas Públicas

Ampliar e apoiar os municípios para a criação dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPMs), assim como fomentar e estruturar redes de atendimento e proteção social, com ampliação e capilarização dos serviços especializados e não especializados, como Saúde, Assistência Social (CRAS e CREAS), considerando os contextos regionais, cidade/ periferias, campo, floresta e águas, quilombos, aldeias, bem como a diversidade das mulheres.

c) Foco: Democratizar e ampliar a participação

Incrementar e fomentar a participação social dos movimentos sociais nas decisões sobre políticas públicas como forma de incrementar a democracia participativa.



SEGUIREMOS EM MARCHA, ATÉ QUE TODAS SEJAMOS LIVRES!

www.marchamundialdasmulheres.org.br | [@marchamulheres](https://www.instagram.com/marchamulheres)